
01. DEMOCRACIA NA AMÉRICA LATINA: UMA ABORDAGEM SOBRE OS BLOCOS DE INTEGRAÇÃO REGIONAL

Fabielly Bellagamba Ramos¹

Introdução

Os processos de integração regional da América Latina podem ser classificados em dois tipos: o regionalismo hegemônico e o regionalismo contra-hegemônico. O regionalismo hegemônico leva essa terminologia graças à hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) nas iniciativas regionais. Algumas iniciativas hegemônicas são: o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Aliança do Pacífico (AP). O regionalismo contra-hegemônico tem como marco de início a Cúpula de Mar del Plata (2005), na cidade homônima argentina. Esta classificação tem como característica a criação de mecanismos regionais com menor ou sem interferência estadunidense, tanto no âmbito político, quanto no âmbito econômico. As iniciativas contra-hegemônicas compreendem a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

Dentro da estrutura institucional da ALBA e do MERCOSUL foram criados, respectivamente, o Conselho de Movimentos Sociais da ALBA (CMS) e a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), para que a democracia dos povos na integração regional latino-americana seja consolidada e aprofundada. Apesar de surgirem com a finalidade democrática, indaga-se: as instâncias “participativas” proporcionam a democracia dos povos na tomada de decisão das agendas pelas presidências dos blocos regionais latino-americanos?. A hipótese básica que guia a pesquisa é: as instâncias “participativas” não conferem a democracia à integração regional latino-americana.

Este trabalho visa compreender os processos de integração regional latino-americana, no que tange à democracia. Os objetivos específicos são verificar o andamento

¹ Bacharel em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PGCS) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista DS/CAPES. E-mail: fabiellyramos@hotmail.com.

das atividades dentro das instâncias “participativas” (cúpulas, fóruns, oficinas e demais encontros) e demonstrar a importância de conectar as temáticas de estudo da democracia e do regionalismo latino-americano nas pesquisas científicas contemporâneas.

A metodologia escolhida é a abordagem neogramsciana de Relações Internacionais, inspirada em Antonio Gramsci, que tem como principal interlocutor Robert Cox. A teoria neogramsciana vê as Relações Internacionais como resultado das relações de força entre as classes sociais em escala planetária.

A justificativa é a ausência, presente na Ciência Política Contemporânea, nas Relações Internacionais, no Direito, nas Ciências Sociais, na Economia Internacional e nos demais campos de estudos correlatos, de pesquisas que associem a temática da integração regional à teoria democrática.

A revisão bibliográfica compreende os processos de integração regional latino-americana e as teorias democráticas. Os dois tipos de processos de integração regional latino-americana são apresentados e problematizados contemporaneamente. Posteriormente, se retoma a abordagem de democracia participativa ou popular. Recupera-se, ainda, as duas instâncias “participativas”: o Conselho de Movimentos Sociais da ALBA (CMS) e a Unidade de Apoio à Participação Social do MERCOSUL (UPS).

Foram realizadas cinco entrevistas com os movimentos sociais, acadêmicos e representantes diplomáticos e governamentais, concluindo-se que as instâncias “participativas” não proporcionam a democracia dos povos na integração regional latino-americana, pois os encaminhamentos dos movimentos sociais não são incorporados nas agendas pelas presidências dos blocos regionais.

2. O regionalismo hegemônico e contra-hegemônico latino-americano: definições e perspectivas

A integração regional pode ser compreendida, de forma sintética, como o: “agrupamento voluntário de vários países soberanos situados, habitualmente, em uma mesma região ou continente” (VACCHINO, 1981, p. 9). Complementando o conceito, DASSO JÚNIOR (2000) lembra que a integração gera vínculos entre os Estados que se aproximam. Conceituado o regionalismo, a primeira classificação adotada para fins analíticos deste estudo é o regionalismo hegemônico. O regionalismo hegemônico leva essa

denominação em face da hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA) como o principal ator criador e/ou motivador e/ou mantenedor das iniciativas regionais. Os processos regionais fazem parte do conjunto de táticas da estratégia maior de hegemonia estadunidense no continente americano. Os EUA representaram e representam os interesses de sua burguesia nacional que sempre objetivou a acumulação de capital, seja pela instalação de empresas transnacionais estadunidenses nas nações latino-americanas ou seja pela expansão dos capitais financeiros internacionais. As iniciativas regionais de maior destaque são o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a Aliança do Pacífico (AP).

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) começou a surgir em meio ao *Reaganomics* e ao início do neoliberalismo na América Latina e no mundo. Os antecedentes do MERCOSUL abarcam as relações bilaterais entre dois atores latino-americanos: a Argentina e o Brasil. Em dezembro de 1990, as nações vizinhas sul-americanas assinaram um Acordo de Complementação Econômica - ACE nº 14 - no âmbito da ALADI, atraindo o Paraguai e o Uruguai, com o objetivo de formação de um mercado comum. Assim, em 26 de março de 1991, o Tratado de Assunção foi ratificado pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, dando origem ao MERCOSUL (MALAMUD, 2013).

O bloco objetiva a constituição de um mercado comum entre os países-membros, através de um comércio intra-regional, fortalecendo as economias sul-americanas. Em 1994, para o alcance dos objetivos, foi firmado o Protocolo de Ouro Preto, estruturando institucionalmente o organismo e tornando-o sujeito jurídico de Direito Internacional Público (DIP).

Com relação à estrutura institucional do organismo, existe o Fórum Consultivo Econômico Social (FCES), o Conselho do Mercado Comum (CMC), o Grupo do Mercado Comum (GMC), o Parlamento do MERCOSUL (Parlasul), a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), a Secretaria do MERCOSUL (SM) e o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) (MERCOSUR, 2016).

O MERCOSUL situa-se na classificação regionalista hegemônica, pois os Estados Unidos da América, que representam os interesses de sua classe burguesa, continuam a exercer a hegemonia no bloco, através dos acordos comerciais de livre comércio, que são os principais objetivos dos Estados-membros. Ademais, as transnacionais estadunidenses continuam a permanecerem nos territórios dos Estados-membros e a guiarem as tomadas de decisão dos presidentes e chefes de Estado sul-americanos.

Outro processo de integração regional latino-americano hegemônico é a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A ALCA fora proposta na ocasião da Cúpula das Américas, realizada na cidade de Miami (EUA), em 9 de dezembro de 1994, pelo então presidente estadunidense Bill Clinton. Participaram da I Cúpula das Américas os trinta e quatro países do continente americano, com exceção de Cuba, cujas relações diplomáticas e comerciais com os EUA ainda estavam rompidas, sendo reestabelecidas em 2015. O calendário da ALCA previa que até dezembro de 2005 a proposta deveria ser aceita, acordada e deveria entrar em vigência, caso contrário expiraria.

Na realidade, a ALCA dava continuidade ao projeto de unificação de uma área de livre comércio americana, proposta em 1989, por George H.W. Bush, chamada de *Iniciativa para las Américas (IPA)* (SOUZA, 2012). Alguns autores como Baéz (2003) e Batista Júnior (2005) acreditam que a ALCA representa a volta da “Doutrina Monroe”, já Souza (2012) lembra que fora mais uma tática estadunidense para o enfrentamento de sua crise interna e Louis (2015) defende a aplicação do neoliberalismo na América Latina.

Além da eliminação de barreiras tarifárias e de quaisquer impedimentos à comercialização de bens, sejam de consumo ou de capital, na ocasião de lançamento da Área de Livre Comércio foram ainda alicerçadas regras igualitárias para os serviços, os investimentos, a propriedade intelectual e, inclusive, as compras governamentais (SOUZA, 2012).

Antes de apresentar a classificação do regionalismo contra-hegemônico é relevante trazer outra iniciativa recente: a Aliança do Pacífico (AP). A Aliança do Pacífico surgiu oficialmente em 28 de abril de 2011, através da Declaração de Lima, no âmbito da I Cúpula da Aliança do Pacífico, na cidade de Lima no Peru. A criação legal ocorreu pela assinatura do Acordo Macro, em 6 de junho de 2012, no Observatório de Antofagasta no Chile. Os Estados-membros plenos são: o Chile, a Colômbia, o México e o Peru. Além dessas nações, há também trinta Estados observadores, destacando-se a Costa Rica e o Panamá, candidatos a Estados-membros plenos.

Os objetivos do bloco econômico regional são: a) criar uma integração profunda, de modo a constituir uma zona de livre circulação de mercadorias, de pessoas, de serviços e de capitais; b) impulsionar o crescimento, a competitividade, o desenvolvimento das economias dos Estados-membros, face à superação da desigualdade econômica, à promoção da inclusão social e ao bem-estar da população e; c) transformar-se numa plataforma que

permita a integração regional e econômica, a articulação política e a projeção mundial, principalmente nas regiões da Ásia e do Pacífico (ROMERO, 2014).

Gustavo Melazzi (2013) expõe que a Aliança do Pacífico é fortemente dependente da China e dos Estados Unidos, tanto em suas exportações, quanto em suas importações. A relação com a China, assim como com os Estados Unidos e com a União Europeia, é de exportar matérias-primas e importar produtos industrializados, fortalecendo o desenvolvimento chinês e não o desenvolvimento regional.

Dentre todos os enfoques críticos recuperados, nenhum ainda considerou a Aliança do Pacífico como reinvenção da ALCA. No entanto, se defende a referida iniciativa como uma ressurgência da proposta estadunidense de 1994, reunindo as nações pacíficas, desde o Alasca até a Patagônia chilena contornando o Oceano Pacífico (à exceção do Equador), no cerne do livre comércio (BEDOYA, 2012).

O regionalismo contra-hegemônico tem como marco de início a Cúpula de Mar del Plata ou *IV Cumbre de las Américas*. A Cúpula foi realizada na cidade de Mar del Plata pertencente à província de Buenos Aires, Argentina, em 5 de novembro de 2005. Com a frase famosa “¡ALCA, al carajo!” (“A ALCA vai para o inferno”), o presidente Hugo Chávez (Venezuela), junto aos presidentes Néstor Kirchner (Argentina) e Luiz Inácio Lula da Silva (Brasil), terminou de vez com a proposta estadunidense. As nações do Paraguai e do Uruguai, pertencentes ao MERCOSUL, também apoiaram o enterro da Área de Livre Comércio (LOUIS, 2015).

As iniciativas contra-hegemônicas criadas após a Cúpula de 2005 compreendem a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA), a União de Nações Sul-americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América (ALBA-TCP) surgiu em oposição à proposta estadunidense da ALCA. Sendo assim, na III Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da Associação dos Estados do Caribe (AEC), realizada em Margarita (Venezuela) em dezembro de 2001, apresentou-se a Aliança como um projeto contra-hegemônico, opção ao modelo neoliberal e toda sua lógica comercial, permeada nos Tratados de Livre Comércio (GRANATO, ODDONE, 2010).

O Tratado de Comércio dos Povos (TCP) fora assinado em 14 de dezembro de 2004 entre Cuba e Venezuela, logo em seguida, em 2006, a Bolívia tornou-se signatária, juntando-se à nova proposta integracionista. Os países-membros são: Antigua e Barbuda,

Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Granada, Nicarágua, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Venezuela. A estrutura institucional da ALBA compreende quatro conselhos: o Conselho Econômico, o Conselho de Movimentos Sociais, o Conselho Político e o Conselho Social.

O princípio de base é o da gran-nacionalidade, que consiste na união das capacidades e fortalezas das nações. Ademais, os outros princípios são: a efetiva participação do Estado como regulador e coordenador da economia, a defesa da cultura e da identidade latino-americana e caribenha, a complementaridade e a cooperação econômica, a integração energética e a solidariedade entre os países participantes (GRANATO; ODDONE, 2010).

Dois mecanismos guiam a rotina prática da iniciativa regional: o Tratado de Comércio dos Povos (TCP) e os projetos gran-nacionais. O TCP é uma alternativa aos acordos comerciais neoliberais e uma tentativa de diversificação de parceiros comerciais. Os projetos compreendem as empresas gran-nacionais, ou seja, empresas das nações que compõem a ALBA, que operam com os temas inerentes à integração, como infraestrutura, comunicação e entretenimento (ABSELL, 2012).

Na VII Cúpula da ALBA, os países-membros aprovaram um projeto amplo de integração para a iniciativa, prevendo um Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE) e o surgimento de empresas e projetos gran-nacionais em algumas áreas como mineração, metalurgia, turismo, alfabetização, saúde, cultura, esporte e processamento de alimentos (SOUZA, 2012).

Da necessidade de materializar as oportunidades, os desafios e os planos das nações que governavam, os presidentes das doze nações sul-americanas assinaram a Declaração de Cusco em 8 de dezembro de 2004, na cidade de *Cusco* (Peru), na oportunidade da III Reunião de Presidentes da América do Sul, dando início à União de Nações Sul-americanas (UNASUL).

O Tratado Constitutivo, documento de Direito Internacional Público (DIP), fora assinado pelas nações somente no ano de 2008, sendo ratificado e entrando em vigor em 2011, com a assinatura do Brasil em sua respectiva capital Brasília. Sendo assim, os países-membros são: a Argentina, o Brasil, a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Paraguai, o Peru, o Suriname, o Uruguai e a Venezuela².

² O México e o Panamá participam da UNASUL como países observadores.

O objetivo consiste na consolidação de um espaço em que se desenvolva a integração social, econômica e política entre os povos dos Estados-membros. O objetivo principal, na realidade, é a celebração de um acordo comercial entre a Comunidade Andina e MERCOSUL, além da integração física na região sul-americana e a projeção de uma integração energética (CERA, 2013 *apud* LINARES, 2010).

Os órgãos institucionais criados no Tratado Constitutivo são: o Conselho de Chefas e Chefes de Estado e de Governo, o Conselho de Ministras e Ministros de Relações Internacionais, o Conselho de Delegadas e Delegados, a Secretaria Geral e o Conselho Energético Sul-americano. As instâncias criadas fora do Tratado são: o Conselho de Saúde Sul-americano, o Conselho Sul-americano de Desenvolvimento Social, o Conselho Sul-americano de Infra-estrutura e Planejamento, o Conselho Sul-americano de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação, o Conselho Sul-americano sobre o Problema Mundial das Drogas e o Conselho Sul-americano de Economia e Finanças.

Inseriu-se o mecanismo regional na classificação de regionalismo contra-hegemônico por acreditar que, apesar de o bloco não apresentar nenhum projeto anti-imperialista estadunidense, as transnacionais dos EUA não alcançaram a hegemonia, passando ainda a prevalecer o poder estatal.

A ALBA e a UNASUL constituem-se como blocos regionais que, através da cooperação, tentam sanar os problemas latino-americanos antigos, causados pela dependência estadunidense e mundial. Os processos regionais sempre fomentaram a competição e, nesse sentido, as duas iniciativas pretendem mudar essa orientação (SOUZA, 2012).

Complementando os processos regionais contra-hegemônicos, se apresenta a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Em 23 de fevereiro de 2010, no âmbito da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, realizada na cidade de Playa del Carmen (México), fora criada a Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). Na mesma data ocorreu também a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc) e a XXI Cúpula do Grupo do Rio (BRASIL, 2013). Em 3 de dezembro de 2011, na cidade de Caracas (Venezuela), fora assinada pelos trinta e três estados que compõem a América Latina e o Caribe, a Declaração de Caracas, tratado constitutivo da Comunidade e instrumento de DIP.

Os antecedentes de criação do bloco são o Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política ou Grupo do Rio, criado em 1986, e a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc) (ÁVILA, 2013).

Na Declaração de Caracas estão expressos alguns princípios de DIP como: a proibição do uso e da ameaça da força, o respeito à autodeterminação, à soberania e à não-ingerência nos assuntos internos de cada país e a solução pacífica de controvérsias.

Carlos Federico Ávila (2013) propõe a participação ampla da sociedade civil, através dos movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos, universidades e empresários na CELAC, para sua melhoria e impulso dos processos integracionistas latino-americanos e caribenhos.

3. Democracia

Atualmente, poucos regimes no mundo não são democráticos. A democracia tornou-se a principal motivação dos diferentes países e o discurso central dos governantes que proferem, frequentemente, “defender a democracia, a qualquer preço”. Eric Hobsbawm, historiador britânico, lembra que, hoje, são poucos os países que não adotam um sistema político-democrático³ e que não homenageiam parlamentares e presidentes eleitos (HOBSBAWM, 2007). Apesar dessa “expansão democrática”, poucas pessoas sabem realmente o significado da democracia e, mais ainda, percebem que a constroem. Nesse último aspecto, poucos cidadãos adquirem consciência de que não deveriam ser atores coadjuvantes dos regimes democráticos, e sim, protagonistas de toda e qualquer construção democrática e popular.

A democracia é um processo de participação popular em construção, de descoberta de novos atores sociais, de novas formas de luta política e de novos projetos de transformação social, acompanhados da conscientização política da sociedade. Partindo dessa visão, se retoma as abordagens sobre a democracia de Carole Pateman (1992), Aragon Dasso Júnior (2006) e Gabriel Vitullo (2006, 2007).

³ Alguns regimes mundiais não são democráticos, como as teocracias islâmicas e as monarquias hereditárias asiáticas (HOBSBAWM, 2007).

Carole Pateman, politóloga inglesa, em “Participação e Teoria Democrática” (1992)⁴ acredita que só existe um regime democrático se houver uma sociedade participativa, ou seja, a democracia só existirá se os sistemas políticos forem democratizados e a socialização da política tenha permeado todas as esferas da vida. Dentre as esferas da vida citadas por Pateman, existe uma que ganha especial relevância: a no âmbito industrial. A escolha do âmbito da indústria deve-se à longa permanência das pessoas e à possibilidade da educação na administração dos assuntos coletivos (PATEMAN, 1992).

Aragon Dasso Júnior (2006), assim como Pateman (1992), afirma que não existe democracia sem a participação cidadã no processo e sem a ampliação dos mecanismos que a tornam efetiva. A participação cidadã deve ser vista pela interferência, influência e intervenção nos processos decisórios ou nos processos de tomada de decisão dos assuntos públicos. A participação só é efetiva se as relações de poder entre o cidadão e o Estado são modificadas e ampliadas.

Reavendo as reflexões de Gabriel Vitullo (2006), as novas construções democráticas devem embasar-se na sociedade e, mais especificamente, nas grandes massas de trabalhadores, concentrando-se no que os cidadãos projetam para as suas vidas e no que pensam a respeito das instituições democráticas e da política em geral. As sociedades reclamam ações e resultados que ultrapassam os regramentos eleitorais e a noção democrática dominante. A democracia pode ser entendida como um projeto histórico de construção coletiva do povo, fruto das interações, lutas e disputas essenciais no meio dos múltiplos atores e grupos econômicos, sociais e políticos no decurso do tempo (VITULLO, 2007).

Acredita-se na força das mobilizações populares e no surgimento de novos atores sociais, que possam dar início às novas lutas políticas. Para que a população se mobilize mais e mais, recuperamos um ponto presente nas análises de Carole Pateman (1992): o da educação política. Confia-se, também, na educação dos indivíduos como forma de modificação do cenário capitalista mundial, que prega a aversão à política, o discurso honestista⁵ e a crença na falida democracia representativa. O indivíduo politizado passará a criticar mais o sistema político imposto em seu país, buscando inserir-se em partidos e coletivos políticos e projetando novas formas de atuação política.

⁴ Escrita originalmente em 1970

⁵ O discurso honestista é difundido em diversos meios, principalmente os de comunicação, e consiste no demasiado enfoque na corrupção política e seu necessário combate pela sociedade e pelo Estado.

4. As instâncias “participativas” dos blocos regionais latino-americanos

Realizadas as discussões teóricas referentes ao regionalismo latino-americano e à democracia, este capítulo apresentará as instâncias “participativas” detalhadamente, compreendendo suas informações básicas (data de criação, local de sede e coordenação), as atividades realizadas, seus objetivos e suas formas de atuação.

A primeira instância apresentada é o Conselho de Movimentos Sociais da ALBA (CMS), criado em 2007. A segunda instância é a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS), criada em 2010, pela decisão normativa nº 65/10 do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL (CMC).

Criado no âmbito da *V Cumbre del ALBA*, realizada nos dias 28 e 29 de abril de 2007, na cidade de Tintorero na Venezuela, o Conselho de Movimentos Sociais (CMS) surge conforme os próprios princípios da Aliança de integrar os povos do continente e, através dos movimentos sociais, construir o mecanismo bolivariano regional sobre as bases populares.

A criação do Conselho fora expressa na Declaração de Tintorero, que também continha uma gama de propostas e quatro campanhas centrais da luta anti-imperialista. A adesão dos movimentos sociais latino-americanos à ALBA está radicada no respeito ao princípio da autonomia e da horizontalidade dos movimentos e na integração com os governos, para a criação dos planos, programas e projetos, no atendimento aos interesses comuns dos povos (ALBA-TCP, 2010).

Segundo o sítio institucional da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (2010), o Conselho de Movimentos Sociais é o principal mecanismo facilitador da integração e participação social direta na ALBA. Ademais, se constitui como um espaço anti-imperialista, anti-neoliberal e que tem o compromisso de atuar no alcance da felicidade, da segurança, da justiça social e da real soberania dos povos e em harmonia com a natureza.

A missão principal do Conselho é articular os movimentos sociais dos países-membros, dos países não-membros da ALBA e os demais interessados, para cumprirem suas responsabilidades de desenvolverem e de ampliarem a ALBA.

Os princípios que regem o CMS são: a autodeterminação, o internacionalismo, a autonomia e a solidariedade dos povos em luta, o respeito à soberania popular, à integração

e à complementariedade, a igualdade e a equidade e a corresponsabilidade para uma construção revolucionária na integração.

As funções do CMS são: apresentar ao Conselho de Presidentes da ALBA-TCP as propostas, projetos, declarações e outras iniciativas dos movimentos sociais, receber, avaliar e dirigir, ao mesmo tempo que propõe, programas de colaboração dos Movimentos Sociais dos países cujos governos não são membros da ALBA-TCP, divulgar amplamente os objetivos, ações e resultados da ALBA-TCP, dar continuidade aos *Projetos Grannacionales*, no formato escolhido pelos Movimentos Sociais e fortalecer a mobilização e a participação ativa dos Movimentos Sociais em cada país, nos projetos e iniciativas da ALBA-TCP (ALBA-TCP, 2010).

Completando as instâncias “participativas”, se recupera a Unidade de Apoio à Participação Social (UPS). A UPS surgiu conforme a decisão nº 65/10 do Conselho do Mercado Comum (CMC), órgão de autoridade política máxima do MERCOSUL, em 16 de novembro de 2010, na cidade de Foz do Iguaçu (Brasil). O objetivo da instância consiste em promover a participação dos movimentos e organizações sociais do Mercado Comum do Sul. A Unidade de Apoio começou suas atividades três anos depois, em 2013, na cidade de Montevideu (Uruguai). A base da criação do órgão é a vontade das nações em se integrar a partir de seus povos, através de canais institucionais e políticos fortes, e consolidar-se de forma participativa em toda a região de abrangência do Mercado Comum.

Conforme normativa do CMC, a presidência da UPS está a cargo de um dos Estados-membros, sendo o representante indicado pelo Grupo do Mercado Comum (GMC) e exercendo a função por um período de três anos. É importante salientar que o nome escolhido deve ser aceito pelos movimentos e organizações sociais e entender a agenda social atual. A primeira representante, eleita em primeiro de novembro de 2013, e que ainda está ocupando a função é Mariana Vázquez, da Argentina.

As atividades da UPS são as Cúpulas Sociais, encontros organizados pelos movimentos e organizações sociais, cujo apoio deve vir da própria Unidade de Apoio e constituir-se como um espaço de participação popular do MERCOSUL.

Para o mandato de 2013 a 2016, a cargo da coordenadora Mariana Vázquez, fora definido um plano de trabalho, com funções e com linhas de ação. As funções da UPS são cinco: a) atuar como um canal institucional de diálogo do MERCOSUL com as organizações e movimentos sociais; b) construir e manter um registro de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL; c) dar apoio às Cúpulas Sociais e; d) financiar a

participação social no MERCOSUL; e) receber, analisar e responder a pedidos de informação apresentados por representantes de organizações e movimentos sociais dos Estados partes.

As linhas de ação são quatro: a) construir um mapa de organizações e movimentos sociais do MERCOSUL; b) encaminhar oficinas de diálogo com as organizações e movimentos sociais do MERCOSUL; c) elaborar materiais com informação sobre o MERCOSUL para os cidadãos e; d) fazer uma mediateca (MERCOSUR, 2015).

5. Democracia e regionalismo latino-americano: anotações críticas

Após serem apresentadas as instâncias “participativas”, nessa seção serão problematizadas as cinco entrevistas realizadas com os movimentos sociais, os acadêmicos e os representantes governamentais, com a finalidade de comprovação ou refutação da hipótese básica de que as instâncias “participativas” não conferem a democracia à integração regional latino-americana.

As entrevistas foram realizadas no âmbito do Fórum Social Temático- Fórum Social Mundial 2016 (FST 2016), nos dias 19, 20, 21 e 23 de janeiro de 2016 e na Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no dia 3 de fevereiro de 2016, ambas na cidade de Porto Alegre, Brasil.

Num primeiro momento, foram entrevistados três militantes de movimentos sociais, que permitiram a divulgação de seus nomes: Rafael Bugoni, da União Nacional dos Estudantes (UNE), Maria Liége Rocha, da União Brasileira de Mulheres (UBM), e Antônio Guntzel, da Central Única dos Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul (CUT-RS).

Num segundo momento, foi entrevistado o Dr. Aragon Érico Dasso Júnior, professor adjunto do curso de Administração Pública e Social, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Complementando a entrevista com o professor Aragon Dasso, fora entrevistado o senhor Ronaldo Lopes Garcia, integrante da sub-coordenação da Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Participação da Rede MERCOCIDADES, vinculada ao MERCOSUL.

A primeira entrevista fora realizada no dia 19 de janeiro de 2016, em Porto Alegre, no Fórum Social Temático- Fórum Social Mundial 2016, com o militante estudantil Rafael

Bogoni, secretário executivo da UNE e representante brasileiro pela mesma instituição na Organização Latino-americana e Caribenha de Estudantes (OCLAE).

Rafael Bogoni fez a seguinte avaliação sobre a Cúpula Social do MERCOSUL:

Considero a atividade positiva, pois esse é um espaço em que o movimento social tem voz, pode colocar suas bandeiras, defender a democracia, promover políticas públicas para a juventude, lutar contra as desigualdades sociais, pela diversidade, pela igualdade e contra o preconceito. Por isso, já é muito avançado (o espaço “participativo”). O fato de integrar os movimentos sociais é garantido. Tem essa coisa ruim de ser consequência do MERCOSUL (BOGONI, 2016).

Apesar de Rafael Bogoni avaliar bem tanto a UPS, quanto a participação da UNE, quando perguntado sobre suas críticas, o militante expressou:

Na verdade, as minhas críticas concentram-se em uma: as deliberações são dependentes dos presidentes dos blocos, então oscilam muito. Nessa pauta do Paraguai, os estudantes foram perseguidos (refere-se à greve estudantil contra a corrupção e pela renúncia do reitor da Universidade Nacional de Assunção) e não há uma garantia de encaminhamento efetivo. Às vezes os presidentes até encaminham as pautas, mas às vezes dependem da pressão dos movimentos sociais. Percebemos uma mobilização das pautas conforme o interesse dos governos. Se houver impedimentos é porque não é interesse da pró-tempore (presidência dos blocos regionais). Então, concluo que as instâncias “participativas” são ferramentas a serem aprimoradas (BOGONI, 2016).

Refletindo sobre as falas e as opiniões expressas por Bogoni, pondera-se que, caso não se solicitasse uma avaliação crítica da UPS, provavelmente o militante não teria citado a problemática de pesquisa desta produção e, mais ainda, refletido sobre a falha das instâncias dos blocos regionais latino-americanos.

Maria Liége Rocha, ativista feminista e secretária de relações internacionais da União Brasileira de Mulheres (UBM), também avalia positivamente as instâncias dos blocos regionais latino-americanos, expressando: “[...] são espaços importantes de articulação política, onde podemos apresentar um documento com as reivindicações, e estímulos à Integração Regional” (ROCHA, 2016).

Quando fora solicitada uma avaliação crítica das instâncias “participativas”, Liége Rocha reconheceu, assim como Rafael Bogoni, a necessidade de serem divulgadas as resoluções e os avanços nos encaminhamentos resultantes das atividades da UPS. Segundo Rocha (2016), apesar de acompanharem as atividades, a União Brasileira de Mulheres não sabe se existe a continuidade das ações que foram deliberadas nos encontros, sendo necessário aprimorar o processo e avançar mais. Entretanto, a avaliação no geral da secretária da UBM é positiva, assumindo que algumas leis de um país se tornaram leis conjuntas dos blocos (não cita exemplos), almejando a ampliação das instâncias e pontuando que o governo brasileiro vem aprimorando esses espaços mais do que anos atrás.

Analisando a exposição de Liége Rocha, concorda-se que há sim, no momento da realização das atividades das instâncias “participativas”, a articulação política entre os diversos movimentos sociais latino-americanos e sul-americanos, como no caso da Cúpula Social, através das pautas, intervenções e falas, porém a participação não tem continuidade depois do término dos encontros. A ativista feminista Liége Rocha, em sua própria fala, sustenta a afirmação anterior e assume que desconhece a continuidade das deliberações, ou seja, a adoção na agenda dos blocos regionais das deliberações e pautas da UPS.

Antônio Guntzel, secretário de relações de trabalho da Central Única de Trabalhadores do Rio Grande do Sul, quando perguntado sobre as instâncias “participativas” expressou:

Achei extraordinário. Você vê o movimento sindical e o movimento social. A nossa luta que tem no Brasil tem em outros países. O capital joga o trabalho à condições desiguais. Fizemos um debate para saber a realidade de cada um (movimento social), o que está fazendo, suas lutas [...] (GUNTZEL, 2016).

As palavras de Antônio refletem sua posição acerca da Cúpula Social do MERCOSUL, ocorrida em 2015 na Bolívia, aonde a seção gaúcha da CUT enviou dois militantes para o encontro. Percebe-se que, assim como Liége Rocha e Rafael Bogoni, o representante trabalhista elogia a proposta da instância regional, contudo não critica os defeitos existentes.

As contestações de Antônio Guntzel somente aparecem quando se indagam diretamente suas críticas. Através das mesmas palavras de Liége Rocha e Rafael Bogoni, Guntzel lembra que as instâncias “participativas” não podem ser somente deliberativas e que “uma carta não é suficiente”, sendo necessárias, portanto, outras formas de “fazer a luta” dentro da integração regional latino-americana (GUNTZEL, 2016).

Apesar da crítica ao caráter deliberativo e anti-democrático da Cúpula Social do MERCOSUL, Antônio Guntzel conclui a entrevista avaliando positivamente as instâncias e a atuação da Central Única dos Trabalhadores, pois há a união e o fortalecimento das lutas dos movimentos sociais e, principalmente, dos movimentos dos trabalhadores.

Concorda-se nesse último ponto explanado por Guntzel, pois realmente, num encontro como a Cúpula Social do MERCOSUL, reúnem-se movimentos sindicais, de trabalhadores, feministas, indígenas, LGBTT's, quilombolas, de moradia e partidos políticos de diversos países sul-americanos, que possuem pautas de luta iguais ou parecidas, e visualizam a possibilidade otimista de somarem suas estratégias de atuação, com face ao

fortalecimento da luta contra os problemas sociais trazidos pelo capitalismo na América Latina.

Discorda-se, todavia, da avaliação positiva feita no todo por Antônio Guntzel, pois se um bloco regional latino-americano cria uma instância que defende ser democrática ou participativa e quando essa sai da norma jurídica de Direito Internacional Público, materializa-se na sociedade, através das cúpulas, fóruns e encontros, e não cumpre com os objetivos para a qual fora criada, a avaliação feita deve ser negativa. Devem ser, continuamente, realizadas avaliações sobre o andamento das ações, bem como dos resultados concretos pós-encontros.

Além das entrevistas realizadas com os movimentos sociais, conversou-se também com o Dr. Aragon Érico Dasso Júnior, professor adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na primeira pergunta ao professor Dasso, sobre sua presença em alguma instância “participativa”, ele respondeu negativamente, contudo frisou: [...] embora eu já tenha estado em várias atividades e instâncias dos processos de integração regional (MERCOSUL, ALBA, UNASUL e CELAC), não considero que sejam espaços democráticos, a partir da premissa de que a democracia exige não apenas voz (o que eu tinha), mas também poder na tomada de decisão (o que eu não tinha) (DASSO JÚNIOR, 2016).

Com relação aos encaminhamentos advindos das atividades das instâncias regionais, Aragon Dasso Júnior respondeu que acredita parcialmente na incorporação desses nas agendas regionais, pois há uma dependência, não apenas aos presidentes dos blocos regionais, mas também ao legislativo de cada país. Além disso, quando se fala na incorporação das deliberações dos movimentos sociais nas agendas regionais, também se envolve mais de um país, ou seja, envolvemos um conjunto de países, tornando os processos intergovernamentais.

Nos processos intergovernamentais a última palavra sempre fica “na mão” dos governos e não de uma minoria de uma pretensa supranacionalidade (DASSO JÚNIOR, 2016).

A dependência das pautas ou das resoluções dos movimentos sociais aos governos nacionais e, mais ainda, aos legislativos dos países, faz com que não exista a supranacionalidade⁶ que Aragon Dasso cita. Os movimentos sociais e os Estados estariam

⁶ Apesar de não haver consenso com relação à definição de supranacionalidade, entende-se que essa compreende as decisões independentes do Estado, não estando submetidas a seu controle.

presos à decisão política dos legisladores, o que torna a adoção das deliberações ainda mais complicada, pois a decisão política do legislativo depende, entre outros fatores, dos interesses políticos de cada legislador. Os interesses políticos, sinteticamente, podem ser vistos pela troca de favores ou benesses políticas para a aprovação das leis e para a conquista pelo governo do apoio da maioria nas casas legislativas.

Infelizmente, se reconhece que há uma força estatal que impede a adoção das demandas dos movimentos sociais nas agendas e nas políticas públicas regionais e, mais ainda, na construção de instâncias regionais realmente democráticas. Todavia, se acredita que as barreiras encontradas não podem impedir os movimentos sociais a continuarem lutando e a transformarem os blocos regionais latino-americanos.

Entrevistou-se também o representante governamental Ronaldo Lopes Garcia, integrante da Unidade de Autonomia, Gestão e Participação da Rede MERCOCIDADES.

Em uma das primeiras perguntas, sobre a incorporação das deliberações dos movimentos sociais nas agendas dos blocos regionais latino-americanos, Ronaldo expressou:

A influência desses documentos (deliberações) é muito pequena ainda, o seu reflexo para os movimentos sociais, contudo ainda é importante essa abertura, para que se abra um diálogo e se amplie a influência dos movimentos sociais junto aos governos nacionais, constituindo-se como reflexo nas decisões das políticas públicas dentro do bloco (GARCIA, 2016).

A fala do secretário adjunto de Gestão de Porto Alegre reflete o mesmo posicionamento adotado pelos interlocutores dos três movimentos sociais: o de mera deliberação. Ronaldo Garcia, assim como os outros entrevistados, acredita que as resoluções, materializadas em cartas, declarações e manifestos, não possuem força suficiente para estarem presentes nas agendas regionais latino-americanas. Garcia crê nas instâncias “participativas”, apesar das dificuldades que apresentam, e em seu fortalecimento, de modo que os movimentos sociais possam incidir na tomada de decisão dos conselhos superiores dos blocos regionais.

Com relação à avaliação realizada por Ronaldo Garcia sobre a Cúpula Social do MERCOSUL (perguntou-se também sobre o CMS da ALBA, porém ele desconhecia), citou-a como um “espaço institucional de integração para inserção dentro dos blocos, para reforçar o papel dos blocos. É muito importante a participação dos movimentos sociais. É um instrumento para que se possa discutir o estado democrático” (GARCIA, 2016).

Considerações finais

Os processos de integração regional latino-americanos são predominantemente comerciais e voltados para o desenvolvimento econômico, pela via dos acordos comerciais regionais com as potências mundiais. Simón Bolívar, desde do processo independentista colonial americano, já proferia a necessidade de nossa região desprender-se de qualquer forma de dominação, seja comercial, seja cultural, de qualquer ator hegemônico que possa vir a nos explorar. Conclui-se que a integração regional está presa à burguesia transnacional representada pelo Estado Capitalista, através dos países-membros dos organismos regionais latino-americanos, mantendo e reproduzindo a hegemonia do ator estadunidense nos processos. Os blocos contra-hegemônicos regionais podem ajudar na conquista da autonomia política, social e comercial da América Latina, entretanto se chama a atenção para as políticas externas adotadas pelos Estados-nações e seu direcionamento conforme o perfil dos governos e seus principais interesses.

Por fim, se destaca que a democracia liberal do sistema capitalista não permite as manifestações, os protestos e as demais formas de luta e, muito menos, a participação efetiva do povo no regime de governo. Com a ausência de uma democracia popular, os cidadãos latino-americanos também não conseguem construir uma integração regional do povo e para o povo.

Referências

ABSELL, C.D. El ALBA-TCP mirado com buenos ojos. **Problemas del Desarrollo. Revista Latinoamericana de Economía**, Ciudad de México, v. 43, n. 169, p.73-95, abril-junio, 2012.

ALBA-TCP. **Inicio-** Social Movements Council of ALBA-TCP, 2010. Disponível em:<<http://alba-tcp.org/en/contenido/social-movements-council-alba-tcp>>. Acesso em: 10/08/2015.

ÁVILA, C.F.D. A Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos - Celac: Política intra-regional e cenários prospectivos. *In:* 37 Encontro da Anpocs, 2013, Águas de Lindóia.

Anais do 37 Encontro da ANPOCS, 2013. v. 1. p. 1-15.

BAÉZ, René. ¿ALCA o ALBA? El dilema latinoamericano. **Boletim da PROEALC**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2003. Trimestral.

BATISTA JÚNIOR, P. N. **O Brasil e a economia internacional**: recuperação e defesa da autonomia nacional. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BEDOYA, Carlos Alonso. Integración y desintegración en curso: los dilemas del sur de América. *In:* BEDOYA, Carlos Alonso. **La nueva arquitectura financiera de la integración regional**. Rio de Janeiro: Instituto Equit género, Economía e Ciudadania global, 2012.

BOGONI, Rafael. **Rafael Bogoni**: depoimento sobre a Cúpula Social do MERCOSUL [jan 2016]. Entrevistador: Fabielly Bellagamba Ramos. Porto Alegre, 2016. Entrevista para a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Fabielly Bellagamba Ramos. **RASIL. Portal Brasil- Celac**, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/conteudos-excedentes/celac/brasil-e-america-do-sul-1/celac>>. Acesso em: 29/07/2015.

CERA, S.I. La UNASUR: ¿integración regional o cooperación política? **Revista de Derecho**, Barranquilla, n.40, p.167-198, julio-diciembre 2013.

DASSO JÚNIOR, A.E. 2006. 460 p. **Reforma do Estado com participação cidadã? Déficit democrático das agências reguladoras brasileiras**. Curso de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

DASSO JÚNIOR, A.E. **Aragon Érico Dasso Júnior**: depoimento sobre as instâncias “participativas” dos blocos regionais latino-americanos. [fev 2016]. Entrevistador: Fabielly Bellagamba Ramos. Porto Alegre, 2016. Entrevista para a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Fabielly Bellagamba Ramos.

GARCIA, R.L. **Ronaldo Lopes Garcia**: depoimento sobre as instâncias “participativas” dos blocos regionais latino-americanos [jan 2016]. Entrevistador: Fabielly Bellagamba Ramos. Porto Alegre, 2016. Entrevista para a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Fabielly Bellagamba Ramos.

GRANATO, Leonardo; ODDONE, Nahuel. Alianza Bolivariana y UNASUR a la búsqueda de autonomía, orígenes y objetivos. **Revista Intellector**, Rio de Janeiro, v. VII, n.13, p.1-25, julho/dezembro 2010.

GUNTZEL, Antônio. **Ântonio Guntzel**: depoimento sobre a Cúpula Social do MERCOSUL [jan 2016]. Entrevistador: Fabielly Bellagamba Ramos. Porto Alegre, 2016. Entrevista para a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Fabielly Bellagamba Ramos.

HOBSBAWM, Eric. As perspectivas da democracia. In: HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 97-120.

LINARES, M. A. La Unión Suramericana de Naciones: un ambicioso e innovador proceso de construcción de integración regional. **Revista Electrónica Iberoamericana**, [S.n], p.10-37, 2010.

LOUIS, J.A. **¿Integración para la servidumbre o para la liberación? El imperialismo y los gobiernos del Frente Amplio**. Montevideo: DeDos, 2015.

MALAMUD, Andrés. El Mercosur: misión cumplida. **Revista SAAP**, Ciudad de Buenos Aires, v.7, n.2, p.275-282, noviembre 2013.

MELAZZI, Gustavo. ¿Qué hay con la Alianza del Pacífico? Las palabras, la confusión y lo que deberíamos discutir. **Revista Rebeldes**, Montevideo, n. 8, p. 14-16, Setiembre 2013. Disponível em: <<http://rebeldes.com.uy/rebeldes/Septiembre2013.pdf>>. Acesso em: 14/01/2016.

MERCOSUR. **Início- Estructura Institucional- Organigrama**, 2015. Disponível em: <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/492/2/innova.front/organigrama>>. Acesso em: 10/08/2015.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ROCHA, Maria Liége. **Maria Liége Rocha**: depoimento sobre a Cúpula Social do MERCOSUL [jan 2016]. Entrevistador: Fabielly Bellagamba Ramos. Porto Alegre, 2016. Entrevista para a dissertação de mestrado em Ciências Sociais de Fabielly Bellagamba Ramos.

ROMERO, A.M.S. A Aliança do Pacífico: soberania nacional e estratégia de integração na América Latina. **Revista Conjuntura Global**, Curitiba, v.3, n.2, p. 89-98, abr. jun 2014.

SOUZA, N.A.de. América Latina: as ondas da integração. **Revista OIKOS**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 87-126, 2012.

VITULLO, G.E. As teorias da democratização frente às democracias latino-americanas realmente existentes. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 12, Novembro 2006, P. 348-377.

VITULLO, G.E. **Teorias da democratização e democracia na Argentina contemporânea**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007.